

MOÇÃO D

POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA

lista.d@bloco.org

Para o melhor (e o pior) mantêm-se em grande parte actuais todas as questões político-ideológicas suscitadas no contexto das propostas de Moção de Orientação política apresentadas à VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Para o melhor porque o tempo se encarregou de validar algumas das suas propostas objectivas. Para o pior porque a sua justeza justificaria como o tempo ajuizou, uma reflexão mais cuidada.

Por isso, reafirmamos uma das ideias originais "O Bloco por uma maioria social de esquerda" O Bloco de Esquerda só pode continuar fiel ao compromisso de exigência e de luta por uma política de esquerda que enfrente as injustiças sociais, o desemprego cavalgante e todas as formas de discriminações.

Uma esquerda forte, popular, democrática e pluralista continua a ser vital para responder aos sinais da crise que a sociedade portuguesa vive e vê agravados em cada novo PEC. O Bloco, que integra essa esquerda, só tem de lutar diariamente pela maioria social, organizando-se enquanto movimento, programar e preparar substantivamente as suas acções político-partidárias, empenhar-se e participar sem complexos nos movimentos sociais a exemplo da luta das gerações à rasca do passado dia 12 de Março. Em suma:

contribuir para que a esquerda, na sua pluralidade e diversidade, possa, finalmente, assumir o papel adiado desde o 25 de Abril de 1974.

A VII Convenção do Bloco de Esquerda tem uma finalidade determinante: armar o Bloco, no seu conjunto, para enfrentar uma situação política, económica e social adversa, tanto no campo internacional, como nacional, num contexto de enorme imprevisibilidade política e financeira.

Olhando para o trajecto percorrido nestes últimos 12 anos, e ao projectar o que é, neste momento, possível antecipar, o Bloco de Esquerda percebe que terá de caminhar no sulco original, prosseguir e avançar numa intervenção de carácter institucional e, em simultâneo, desenvolver um trabalho político perseverante ao nível dos movimentos sociais com clareza programática, rejeitando todas as formas de acordos eleitorais, expressos ou sub-reptícios, com outras forças políticas e clarificando a proposta da maioria social de esquerda como forma de ultrapassar a grave crise que vivemos.

Muito para além da representação e dos jogos de poder instituídos no aparelho de Estado, a maioria social de esquerda constrói-se no dia-a-dia, lentamente

mas em permanência, lutando pelas diferentes gerações, lutando diariamente contra as novas formas de escravatura, como a grave situação da precariedade que todos os dias retira esperança a cada vez mais trabalhadores, como o ataque aos direitos mais fundamentais dos reformados dos pensionistas, como a nova forma de despedimentos empacotada no PEC IV, contra o deliberado crime social de acabar com o SN de Saúde, contra a destruição completa do ensino público.

A maioria social de esquerda afirma-se constantemente com alternativas reais e objectivas às medidas neoliberais que, em simultâneo, darão consistência à massa crítica social para desenvolver dinâmicas ajustadas aos novos tempos e à realidade concreta que se for oferecendo, sem pretensões de hegemonização, de controlo ou de vanguardismos ultrapassados. O Bloco de Esquerda deve procurar a influência no carácter e na concepção dos confrontos sociais. Uma participação regular em todas as frentes de luta populares, mesmo naquelas que aparentemente não apresentem grande relevância, dando-lhes perspectivas políticas globalizadoras. É condição fundamental para se ir criando maiorias susceptíveis de proporcionar avanços sociais, que a intervenção institucional, na Assembleia da República e Parlamento Europeu dêem ressonância à audição pública.

Se a este verdadeiro trabalho se juntar o enriquecimento teórico permanente e o debate frequente entre activistas e militantes, a intervenção quotidiana ganha sentido, substância e um horizonte tangível: maioria social de esquerda. O caminho do Bloco não é nem pode ser feito de arranjos de bastidores: é a sua natureza que o dita. O caminho da maioria social de esquerda e, inclusive, da esquerda socialista de que todos nos reclamamos, será definido pela sua própria agenda; e o Bloco de esquerda caminha, só pode caminhar, pelas suas próprias pernas sem se deixar enredar pelas regras e aritméticas parlamentares.

A situação política internacional impôs-se mais do que nunca a partir de 2008, com uma crescente importância das chamadas potências económicas emergentes. A economia de casino, que nos é apre-

sentada como uma inevitabilidade que os povos têm que pagar para continuar a desenvolver-se, é a melhor demonstração de que a palavra de ordem dos povos é resistir à barbárie do neoliberalismo nacional e internacional.

Apesar do descalabro tantas vezes anunciado em Portugal, como no resto do mundo civilizado, os governantes têm encontrado, à custa dos trabalhadores, o dinheiro que tanta falta tem feito para acabar com o desemprego e a precariedade e minorar as crises sociais. Mas é para o bolso dos exploradores que se destina.

Como resposta ao descalabro tantas vezes anunciado, em Portugal como no resto do mundo civilizado, os governantes têm optado pela resposta fácil e de classe, de fazer os trabalhadores pagarem as suas crises. O desemprego é em grande medida originado pela deslocalização da produção para países que praticam o "dumping" social, mas também pela redução da mão de obra necessária à produção que o desenvolvimento tecnológico proporcionou, originando mais valias que não beneficiam os trabalhadores e cidadãos em geral, apenas engrossando os detentores do capital. É tempo de exigir democracia económica e de reivindicar a redução do tempo de trabalho como forma de distribuir os benefícios do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que resultam do investimento de toda a sociedade.

Que consequência tem a estratificação social na quebra do sentimento de pertença que a organização industrial incutia no proletariado? E hoje, cumulativamente o vínculo precário, a desestruturação classista e o bombardeamento pseudo cultural e consumista. Será que ainda temos na Europa um proletariado receptivo à ideia "Nada a perder, lutar pelo Socialismo"? A capacidade do sistema reabsorver as lutas conjunturais e balizá-las num enquadramento reformador dentro do sistema é sinal que uma fase transformadora radical se avizinha? Serão estes esforços o desespero dos poderosos? Conseguiremos acumular experiências de enfrentamento quantitativamente cada vez mais alargadas de modo a despoletarem a

mudança qualitativa? Ou, ao contrário, o sistema está ainda muito enraizado e, apesar dos abanões conjunturais, e até com a sua ajuda rejuvenescedora, ainda está para durar?

Reconhecemos a utilidade de procurar entendimentos, convergências ocasionais com outras áreas e outras forças políticas de esquerda. Podemos e devemos convergir em situações concretas, iniciativas ou temáticas concretas, abrangentes, sejam as reivindicações dos trabalhadores, sejam situações concretas dentro das empresas. Todavia, queremos afirmar que, em nossa opinião, a grande prioridade que o Bloco de Esquerda tem de concretizar é um trabalho de persistência, sem calendário eleitoral, capaz de interagir com os cidadãos e cidadãs.

A prioridade tem de ser para mostrar aos que vêm a política como o Mundo só daqueles que enchem os bolsos, que existem soluções completamente alternativas. É preciso que as populações sintam que o Bloco de Esquerda faz as denúncias sem rabos de palha e que apresenta propostas que garantem transparência e a utilidade da vida política.

A prioridade é fazer com que o abstencionismo se transforme em empenho cívico e se converta em maioria social alternativa de esquerda.

Não será objectivo para um muito curto prazo. Será, com certeza, objectivo para o Bloco de Esquerda, que sabe que só será possível a maioria social de esquerda quando a participação cidadã for uma atitude socialmente maioritária.

O projecto ideológico e cultural alternativo do Bloco de Esquerda tem de ter, como pano de fundo, metodologias novas, específicas de quem quer começar de novo e consolidar genuínas maiorias sociais, que não sejam estruturalmente apenas eleitores e eleitoras flutuantes. Queremos homens e mulheres que sejam exigentes e participantes, que cresçam na persistência da actividade política local, construída em propostas alternativas ao sistema e em diálogo permanente com a população. Deveríamos ser a mola concreta

com os nossos representantes eleitos assumindo-se como promotores de inquéritos locais, a servirem de ponto de partida a novas agendas da reivindicação cidadã.

POR UMA DEMOCRACIA INCLUSIVA

O Bloco de Esquerda fez 12 anos. Já não é criança. Está a entrar na fase mais difícil da adolescência. Que queremos para o seu futuro, como o queremos? A constatação de que o activismo é pouco não pode ser camuflada por funcionários!

O princípio a seguir deveria ser o da inclusão, não devendo, nunca, a maioria ceder à tentação da exclusão aritmética, porque no momento em que a exclusão não resultar da imposição numérica estará alcançada a maioridade da democracia interna, a qual deveria ser a marca diferenciadora do Bloco. A democracia, para que seja plena, passa pela obrigatoriedade ética de lidar com desacordos de modo inclusivo, conquistando-se sempre os acordos justos para os interesses afectados.

A Mesa Nacional como órgão máximo e representativo da diversidade de propostas e sensibilidades tem como principal tarefa (entre Convenções), a discussão, análise e definição das iniciativas e da agenda política do Bloco. É aí que as sensibilidades têm a oportunidade de se manifestar, de influenciar a linha política e é aí que democraticamente se dirimem as diferenças; nada contribui mais para o descrédito do projecto político do Bloco que a prática continuada de contornar a MN sempre que se adivinham confrontos políticos difíceis. A democracia não é compatível com a cobardia política nem com artimanhas; a democracia exige democratas sérios comprometidos com as suas regras sem excepções.

Ainda em sede de democracia inclusiva, é certo que o Bloco continua a crescer e a cativar muitos jovens, mas também não é menos verdade que existe cada vez menos militância por parte destes mesmos jovens. Deveremos fazer uma reflexão sobre esta questão. Qual é realmente neste momento o modelo de

integração dos jovens no Bloco?

O Bloco continua a ser um espaço aberto à discussão e à troca de ideias sem que necessite de criar uma "jota", mas cada vez mais o Bloco tem dificuldade em cativar e formar os seus jovens para uma militância de base, mais interventiva, pluralista e com maior presença pública, criando, assim mais responsabilidade e vontade de intervir na construção do seu próprio país e de um mundo mais solidário, mais participado e justo.

Ora, o crescimento eleitoral do Bloco tem exibido a fraqueza da sua estrutura organizativa que, curiosamente, tem sido o maior entrave à melhoria e eficácia do processo democrático decisório. A diversidade de opiniões e sensibilidades fazem parte da matriz fundadora do Bloco de Esquerda, mas o aparente consenso no modelo organizativo e modo de funcionamento interno contradizem a diversidade de opinião, o que pode significar, para alguns, que a retórica não passa, afinal de um modelo ilusório.

Exemplo objectivo é o que se passa com o Grupo Parlamentar. Após a V Convenção, o Grupo Parlamentar passou a distribuir, através do correio da Mesa, informação abundante relativa à sua actividade, mas daquela que qualquer cidadão pode recolher no sítio da internet. Ou seja, o Grupo Parlamentar controla a sua agenda com total autonomia e independência e, por isso presta contas do que já aconteceu. Não sendo o Grupo Parlamentar - Nacional ou Europeu um Órgão do Bloco, que liberdade e autonomia, devem de ser permitidas? Será um somatório de individualidades? Precisamente porque entende que não pode informar previamente do que está para acontecer. Nos assuntos não urgentes a Mesa Nacional devia ter um papel muito mais activo. Como ultimo "mau" exemplo, a apresentação da Moção de censura ao governo de José Sócrates, apresentada pelo grupo Parlamentar sem uma simples posição ou conhecimento da Mesa Nacional.

É Exigível que a discussão política dentro do Bloco de Esquerda não se resuma aos 2 ou 3 minutos consa-

grados a cada um, quer na Mesa Nacional quer em Convenção. A discussão política deverá ser permanente.

OS MALEFÍCIOS DA MAIORIA DA DIREITA PARLAMENTAR

No contexto da política nacional, o país está a sofrer as consequências das práticas e decisões da maioria neoliberal criada pelo PS e por toda a direita parlamentar e extra parlamentar. Desde a tomada de posse de José Sócrates como primeiro ministro, Portugal tem assistido a um desfiar de políticas neoliberais verdadeiramente impensáveis por parte de qualquer dirigente do PS até há bem poucos anos. Basta pensar na destruição do serviço nacional de saúde, na política de destruição da escola pública ou no atentado de terrorismo político e civilizacional contra os direitos de quem trabalha e cria riqueza neste país.

Em sintonia está Cavaco Silva e a sua teoria de coabitação com o governo e a estabilidade, em nome, diz Cavaco dos superiores interesses da nação e das reformas a fazer. O défice passou a comandar todas as decisões contrárias aos interesses do povo trabalhador e o PS mostra-se incapaz de abrir novos horizontes de esperança das novas gerações. Ele, José Sócrates a falar-nos de futuro e nós a vivermos a falta de futuro: ele a querer calar a contestação generalizada e nós sempre à procura daquela margem de liberdade e esperança que permite abrir novos espaços, testar novos modelos, em suma, fugir à miséria ao imediatismo.

A nível nacional e municipal as políticas resultaram em tudo menos em instrumentos de justiça social. As parcerias público-privadas, as empresas municipais ligadas à habitação e à intervenção social não passam de meros instrumentos partidários e de lóbis e de para cada vez mais irem ao fundo do pote.

É em questões como estas que o Bloco deverá continuar a intervir de uma forma cada vez mais sólida e activa, evitando a todo o custo a omissão perante este silêncio imposto pelos interesses obscuros existentes na política portuguesa. O trabalho do Bloco a

este nível desenvolve-se no terreno concreto e é aí que deveremos apostar permanentemente desde o início e não apenas nos momentos pré-eleitorais.

SAÍDA DA NATO

O Bloco deve continuar a defender junto dos cidadãos, questões sociais, civilizacionais e de direitos, que por norma são considerados menos fáceis. São exemplos de questões a levantar o direito à eutanásia, as condições claras para a separação clara dos mercados da droga e a adequação da dimensão e da forma das forças armadas face às necessidades reais do país, a saída da NATO, a solidariedade internacionalista das lutas que se estão a travar em África e no mundo Árabe pela liberdade dos povos, à décadas oprimidos, e pela democracia.

As forças armadas e a sua adequação à realidade geopolítica e estratégica do país, por exemplo é uma das questões de que a esquerda tem andado mais arredia. Portugal é um pequeno país da Europa que mantém relações externas que não suscitam a previsibilidade, a curto ou médio prazo, de conflitualidades que exijam intervenções do tipo militar. Assim. A quantidade de elementos que compõem as forças armadas no activo ou em situação de reserva, são claramente exageradas.

Um movimento como o do Bloco deve bater-se para que sejam reduzidos drasticamente os efectivos das forças militares e para que se mantenha um aparelho militar meramente simbólico e completamente virado para as questões de manutenção da paz e da cooperação com os outros povos. A defesa dos interesses nacionais, por exemplo na zona económica exclusiva marítima, e o combate ao tráfico de drogas pode ser assegurada por forças com carácter policial.

Afirmações recorrentes de que temos de manter os nossos compromissos a nível militar são falaciosos e cairiam pela base se afirmássemos, corajosamente, a nossa preocupação com a paz e a recusa em participar em contingentes, o mais das vezes, agressores e com preocupações imperiais por parte dos nossos

aliados. Não somos irresponsáveis nem insensíveis à situação que se vive no planeta e cujas políticas de rapina imperialista são uma das causas que propiciam eventuais ataques terroristas. Mas mesmo essas possibilidades deverão ser encaradas preventivamente do ponto de vista político e social, não meramente militar.

Outra medida a defender deverá ser a desmilitarização das forças policiais, nomeadamente da GNR, e a sua transformação num corpo da guarda civil.

Num país onde constantemente se ouve falar na necessidade de contenção de despesas é espantoso que os gastos com a defesa não mereçam, ao menos, estudos sérios com vista à sua utilização onde sejam mais necessários.

Nesta linha de pensamento, o Bloco deverá retomar de forma intransigente a defesa da saída de Portugal da NATO, assim como o fim desta organização militar que tem servido como cobertura internacional para as agressões perpetradas pelos Estados Unidos nos mais diversos pontos do mundo.

O Bloco de Esquerda tem de forma muito clara reafirmar a sua determinação na condenação de quaisquer actos de agressão militar levados a cabo pela NATO. Não podemos ter posições contraditórias, mesmo por eleitos independentes. Valorizamos os nossos eleitos independentes mas teremos que dizer ao povo português e aos bloquistas em geral de que não subcrevemos agressões imperialistas.

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE

A educação surge com um papel de charneira que o estado tem no respectivo sistema e na responsabilidade de criação de condições de trabalho, para os trabalhadores docentes e não docentes, e de aprendizagem para milhares de crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola pública.

As escolas portuguesas, gradualmente, nos últimos

anos, emergiram como mosaicos multilingues e multiculturais. O que, para muitos, é assumido como uma questão problemática, para o Bloco de Esquerda é uma mais valia. É isso que fortalece as relações interpessoais e de troca de conhecimentos culturais e linguísticos. É ainda, a possibilidade que, igualmente, comporta de apreciar valores, atitudes, comportamentos e características de uns e outros, de modo a promover a interacção social e a comunicação, numa perspectiva relacional e dinâmica, neste planeta multicultural que a todos pertence.

Consciente desta importância, o Bloco, enquanto força política representada na Assembleia da República, deve apresentar alternativas que propiciem uma real promoção da igualdade de oportunidades de acesso e frequência de todas as crianças, adolescentes e jovens provenientes de outros países e que frequentem a escola. Deve, igualmente, desenvolver esforços de modo que, em todas as escolas, onde a diversidade linguística e cultural esteja patente, sejam criadas condições de inserção de mediadores linguístico-culturais.

O estado tem um papel fundamental no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, como estabelece a lei de bases do sistema educativo. O Bloco de Esquerda, defensor intransigente deste direito, sabe da sua não aplicabilidade a muitas crianças e adolescentes deste país. A exclusão social, a discriminação e a pobreza são disso responsáveis. Até ao momento, muito pouco tem vindo a ser feito no combate a esta realidade! E as escolas muito pouco têm usufruído de programas específicos alternativos a este combate. O Bloco deve de encetar uma campanha defensora desse combate, uma campanha alicerçada no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. Uma campanha onde a alimentação, o transporte, os equipamentos e os materiais didáticos sejam garantidos pelo estado a todas as crianças e adolescentes, utentes do ensino público, obrigatório. Igualmente deve de exigir a implementação de condições para a optimização do acesso de todos à qualidade de aprendizagens. Uma campanha que inclua, também, o alargamento efecti-

vo da rede pública da Educação Pré-Escolar e Básica a todo o país.

Neste esforço de defesa da escola pública é indispensável propor legislação que incentive a ida dos pais à escola e a audição dos alunos, na vivência escolar.

O MUNDO DO TRABALHO

À frente dos problemas que mais preocupam e penalizam os trabalhadores está o desemprego, aliado ao trabalho escravo e sem direitos que nos estão a impor.

O Bloco tem desenvolvido várias iniciativas parlamentares e outras acções de rua e junto de trabalhadores de vários sectores da actividade laboral, com vista a chamar a atenção para estes flagelos dos nossos dias e que tendem a agravar-se com novas medidas que nos impuseram e que ainda querem reforçar com novo PEC IV. É necessária uma maior mobilização e uma mais incisiva intervenção. É necessário compreender que a precariedade não é um problema exclusivo dos trabalhadores mais jovens. Com todas estas medidas tomadas sob o signo dos PECs, todos os trabalhadores tendem a ser precários. Assim, é indispensável a mobilização de todos e todas contra esta situação em que o trabalho sem direitos e uma política de baixos salários estabeleça como que uma "asiatização" escrava no mundo do trabalho. A participação nos movimentos anti-precariedade não deve visar o seu controlo, mas sim dar-lhe força e visibilidade pública de que carecem para a sua afirmação e reconhecimento, tal como verificamos no passado dia 12 de Março. Assim asseguraremos a maioria social de esquerda.

O escândalo do leque salarial que em Portugal é dos mais elevados deve de ser denunciado. A diminuição dos salários dos trabalhadores da função pública, os congelamentos das pensões e reformas deverão continuar a ser a nossa luta diária. O aumento dos salários reais dos trabalhadores, aqueles que efectivamente produzem riqueza, longe de ser um perigo para a produtividade e competitividade constitui uma

forma de aumentar o consumo interno e desenvolver a produção industrial e, conseqüentemente a economia nacional. Esta realidade tem sido e é, cada vez mais contrariada pela direita neoliberal protagonizada pelo PS e PSD, dignos representantes do grande patronato.

Subsistem tentativas de destruição da Segurança Social, quer pela pressão para a constituição de seguros de reforma privados, quer pela desvalorização da filosofia da Segurança social como forma de solidariedade intergeracional, sob a tutela do Estado. Por outro lado, o investimento dos fundos da Segurança social na economia especulativa, em que os jogos da bolsa se transformaram, não garante nada de bom ao futuro próximo das nossas pensões de reforma, tal como os milhões já desbaratados confirmam. Esta não é uma visão antiquada nem ultrapassada, como tantas vezes, querem fazer crer os que veneram mercados, que tudo regula, resolve e tudo pode. É a necessidade, imperiosa, de moralizar uma situação que constitui um verdadeiro escândalo nacional.

Os sindicatos, porque não têm sabido incentivar a sindicalização, porque têm um funcionamento arcaico muito pouco compatível com as necessidades de resposta aos nossos dias e, também, porque não têm conseguido credibilizar-se aos olhos dos trabalhadores mais jovens, têm sofrido um enorme desgaste e, hoje, pouco mais resta com actividade e capacidade reivindicativa do que os sindicatos ligados à função pública. A esta situação não é alheio um certo individualismo e desinteresse pelas questões colectivas que grassa na nossa sociedade, em parte motivado pelo clima de medo que se tem vindo a instalar e, também, por pressão da instabilidade que se vive no mercado de trabalho.

Mas, verdade seja que muito pouco se tem feito para se criar uma outra perspectiva e uma filosofia de vida mais solidária, nomeadamente entre as camadas mais jovens.

Os aderentes do Bloco que são sindicalistas devem de ter uma posição muito firme dentro dos respecti-

vos sindicatos: pela defesa intransigente de sindicatos amplamente democráticos: Por um funcionamento totalmente transparente: Por direcções eleitas, no máximo por três mandatos: Por uma ligação permanente aos locais de trabalho e auscultação dos associados, em todas as questões sindicais: Por sindicatos que sejam independentes dos interesses e agendas que não sejam impostos pelos associados: Por uma ampla e sempre presente solidariedade com as lutas nacionais ou internacionais que se travem: pela abertura, criatividade e inclusão de novas opções de luta. Por outras e novas formas de organização dos trabalhadores, tais como comissões de trabalhadores, organizações de desempregados ou de trabalhadores precários e que sejam encarados de acordo com as necessidades específicas de cada caso.

LEGISLATIVAS, ANTECIPADAS OU NÃO. SITUAÇÃO POLÍTICA.

Portugal está a atravessar a sua maior crise social, política e económica de que todos nós temos memória.

Nos últimos anos, com particular incidência dos governos de José Sócrates, têm-se registado os ataques mais ferozes aos trabalhadores e às populações. A procura sistemática por razões políticas e económicas impostas por esta Europa anti-social e neo-liberal "no mínimo" comandada pela Sra. Merkel e Sarkozy, com as argumentações da defesa dos famigerados "mercados" leia-se, especuladores financeiros nacionais e internacionais que mais não querem de que colocar as populações que criam riqueza, submetidas à escravidão e exploração, dos tempos modernos, dos grandes interesses económicos e financeiros.

Em Portugal, a aliança estratégica e a defesa desses interesses tem sido protagonizada pelo governo PS, com o apoio da direita composta pelo PSD/CDS. Estes sim, têm manifestamente aplaudido nos gabinetes esta política, até porque reconhecem que o grande aríete para a defesa dos seus interesses é José Sócrates.

O governo do PS, tem vindo, paulatinamente a des-

truir o Serviço Nacional de Saúde com as parcerias público/privadas do grupo Mello, tendo começado pelo fecho de muitas unidades de saúde primária ao corte sistemático dos subsídios de doença aos cortes com a comparticipação nos medicamentos, verificando-se o escândalo de muitos velhos e reformados já não conseguirem aviar a totalidade do receituário médico de que tanto necessitam, porque a mais não chegam as suas míseras reformas ou pensões. Pensões ou reformas que José Sócrates congelou em nome do défice e dos interesses neo-liberais. A destruição do pouco que resta do ensino público tendo por objectivo central de criar condições aos subsídio-dependentes do ensino privado, pondo em causa as classes docentes e não docentes do ensino público, assim como o direito de acesso igualitárias de oportunidade que os nossos filhos devem de ter, colocando em causa o seu próprio futuro.

O aumento galopante do desemprego e da precariedade laboral trás cada vez mais dificuldades e vem criando o grito de desespero e de raiva pela falta de futuro, pelo aperto das malhas da exploração e do medo. É este o verdadeiro pavor porque estão passando os nossos jovens "e não só". Dificilmente os nossos jovens poderão ser livres, enquanto dependentes da família e sem perspectiva da criação da sua própria família, assim como o direito ao seu futuro de esperança de vida de trabalho e de sociedade.

Com a reeleição de Cavaco Silva, quanto a nós, tudo se tornou mais claro, por um lado, mas simultaneamente mais nebuloso "o futuro".

Pela primeira vez tudo se conjuga para a solução protagonizada por Sá Carneiro. Um presidente - uma maioria. Maioria esta que neste momento se encontra em marcha acelerada com a coligação PSD/CDS. Tudo se encaminha, neste momento, para eleições legislativas antecipadas. A vitimização encenada por José Sócrates. Os jogos de poder exercidos por Cavaco Silva e o apoio do ataque ao pote por parte do CDS, assim como o acordo "meio surdo" dos prin-

cipais CEO`s portugueses, precisam de uma resposta de toda a esquerda.

O Bloco de Esquerda, tem, deveria de ter, um papel determinante e fundamental a desempenhar na resposta ao futuro negro que espera os portugueses e deverá assumir as suas responsabilidades políticas. É exigível, assim como o esperam a esquerda e os portugueses, que o Bloco se oponha e se desmarque, de forma clara e sistemática aos interesses que estão por detrás da política que emerge da actual conjuntura estratégica da direita em Portugal.

A posição do Bloco de Esquerda terá forçosamente por obstar quaisquer caminhos à tomada do poder pela direita em Portugal.

É certo que o povo português está cansado destas políticas neoliberais. Todavia, é claro para todos nós que esta política ainda não criou todas as condições para a direita atingir o fundo do pote. A direita tudo fará para o atingir o mais rapidamente possível. Compete ao Bloco não o permitir. Não apoiando nenhuma posições oriundas da direita. Não podemos permitir que se cumpra o sonho dos neoliberais, que é e será sempre antagónico ao sonho e interesses nacionais e dos portugueses. Portugueses que criam riqueza e que não têm futuro para si, para os seus e para as gerações vindouras.

Em nome do Bloco, em nome do futuro e em nome dos portugueses, Não! não o permitiremos.

O Bloco deverá preparar-se para todos os cenários. Eleições antecipadas ou não, contando com as suas próprias forças negando quaisquer formas de participação governativa com o PS e não sustentando jogos de poder que possam ser sugeridos ou solicitados pelo PC.

A maioria social de esquerda que pretendemos não é compatível com situações dúbias ou menos claras "ficou provado em 12 Março" e com jogos político/partidários. Sejamos nós mesmos. Verdadeiramente o Bloco que corre por fora sem deixar de propor alternativas credíveis e de assumir as suas responsabilidades.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO D "POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA".

António Jorge Céu 9054 Leiria
Cristiana de Sousa 4310 Leiria
Teodósio Alcobia 2046 Lisboa
Armando Herculano Porto
Cecilia Maria Costa 1607 Portalegre
António João Sequeira 252 Setúbal
José Aleixo Cruz 2067 Porto
Helena Carmo Lisboa
Fernando Lacerda 356 Porto
Eduardo Seiceira Leiria
Vitor de Sousa 4309 Leiria
Marco Loureiro Guarda
António Sequeira Mendes 279 Leiria
Ana Cecilia Boaventura Leiria
Luis Miguel Céu Lisboa
Bernardes da Silva 605 Setúbal
José Manuel Mendonça Estevens 3637 Faro
António Luis de Sousa 208 Leiria
Maria da Visitação 4644 Leiria
José Ramos dos Santos 8139 Setúbal
Tiago Antunes Silva 4173 Guarda